SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ
Dia a Dia
SEJA SÓCIO VOCÊ TAMBÉM
www.sindbancariospetropolis.com.br
CUT BRASIL CONTRAF
Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto
Telefax: (24) 2242.0673 I 2231.2281 /SindBancariosPetropolis sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XXIV n° 6224 – 22 de janeiro de 2020

Defasagem na tabela do IR faz trabalhador pagar mais imposto

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 4,31% em 2019. O índice gerou uma defasagem média acumulada de 103,87% na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) desde 1996, segundo estudo do Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

A não correção da Tabela do IRPF pelo índice de inflação faz com que o contribuinte pague mais imposto de renda do que pagava no ano anterior. Ainda segundo o estudo do Sindifisco, se a tabela fosse corrigida pelo IPCA, a faixa de isenção passaria de R$ 1.903,00 para R$ 3.881,00. Além da não correção da Tabela do IRPF de acordo com o índice de inflação anual, as deduções permitidas por lei são valores que não correspondem à realidade dos gastos necessários.

Dependentes – O desconto por dependente, por exemplo, de R$ 189,59 por mês (R$ 2.275,08 no ano), deveria estar em R$ 387,20 mensais ou R$ 4.646,40 anuais.

Educação - Pela tabela válida para o ano de 2019, foi permitido deduzir até R$ 3.561,50. Para repor a defasagem inflacionária até o final deste ano, faz-se necessária a correção desse valor para R$ 7.260,83.

Mas estas não são as únicas injustiças do sistema tributário nacional que comprometem a população. Mais da metade da receita tributária (51,3%) é gerada sobre o consumo, o que penaliza quem ganha menos, porque esse tipo de imposto é o mesmo para ricos ou pobres. A maior alíquota de imposto de renda no país é de 27,5% e ela vale, por exemplo, tanto para quem ganha R$ 5 mil quanto para quem ganha R$ 500 mil por mês.

Privatização: Argumentos usados pelo governo não se sustentam

Na semana passada, o Ministério da Economia divulgou a meta de R$ 150 bilhões em privatizações e desinvestimentos para o País. Além da grande repercussão no mercado financeiro, o anúncio motivou a reação de entidades representantes dos trabalhadores em empresas públicas. Elas denunciam a fragilidade dos argumentos para privatização.

O presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), Jair Ferreira, disse em entrevista ao Valor Econômico que o que está em curso é um processo de fatiamento da Caixa. Segundo ele, está havendo uma privatização disfarçada. Isso deixa o banco enfraquecido ao dividir com o setor privado os ganhos das áreas rentáveis como seguro, loterias e cartões. “Se tirar áreas importantes como essas, você enfraquece o banco. Quem será prejudicada é a população, porque a Caixa terá menor capacidade de atuar”, disse.

Embora a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) liberando de autorização do Congresso a venda de subsidiárias dificulte o quadro, o presidente da Fenae adiantou que o movimento sindical está buscando caminhos jurídicos para tentar barrar os processos em curso.

Vestibulandos relatam insegurança e especialista critica "amadorismo" do governo Bolsonaro

Os erros identificados nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) podem não estar limitados às provas do segundo dia, como havia sido divulgado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. De acordo com o jornal Folha de S.Paulo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pelo exame, confirmou que as provas do primeiro dia também foram afetadas.

Até a manhã desta segunda-feira, chegou a 60 mil o número de número de pedidos para recorreção da nota do Enem. E Weintraub chegou a dizer que é pouco. Para muitos, os erros que vão da aplicação dos exames à festão global da educação no país são deliberados. O governo erra de propósito da mesma forma como dificulta deliberadamente o acesso às aposentadorias por incapacidade de atendimento do INSS. O objetivo seria arranhar a credibilidade para acabar com serviços públicos que vinham alcançando bons resultados. O Enem e o Sisu são os principais meios de acesso dos estudantes de baixa renda às universidades públicas.